

A importância da paisagem na Geografia

Elizandra Ferreira Dias¹

Francisco Mazetto²

Resumo

Este artigo tem por objetivo dissertar sobre o conceito de paisagem sob os princípios da geografia humanista, a corrente de pensamento geográfico que mais se aprofundou nessa temática. Na primeira parte alguns dos autores mais importantes desta linha de abordagem são consultados e analisados. A seguir procura-se verificar como a paisagem no meio urbano e rural vem sendo transformada ao longo do tempo pela ação humana, principalmente pelas atividades econômicas. Finalmente, o fenômeno do neo-ruralismo é o foco de discussões que tentam entender a paisagem como o meio pelo qual o homem concebe o espaço geográfico e se relaciona com o mesmo.

Palavras-chave: Paisagem; Geografia Humanista; Neo-ruralismo.

Abstract

This article aims to elaborate on the concept of landscape under the principles of humanistic geography, the current geographic thought that deepened over this issue. In the first part some of the most important authors of this line of approach are consulted and analyzed. The following seeks to determine how the landscape in urban and rural areas has been transformed over time by human action, mainly by economic activities. Finally, the phenomenon of neo-rurality is the focus of discussions trying to understand the landscape as the means by which man conceives the geographic space and relates to the same.

Key words: Landscape; Geography Humanist; Neo-rurality.

1 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora.

2 Professor associado do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Da paisagem do visível à paisagem como dimensão de percepção

Não foi na Europa, onde a Geografia foi estrutura como ciência, mas sim do outro lado do Atlântico que surge uma nova forma de conceber a paisagem dentro da Geografia. É um geógrafo norte-americano que lança as bases de uma Geografia que se pretendia Cultural. Carl Ortwin Sauer (1889 – 1975), principal expoente da Escola de Berkeley, considerava que toda ciência só adquire uma identidade através da escolha de um objeto próprio e de um método de análise. Para ele, a paisagem deveria ser o objeto fundamental da ciência geográfica. Sauer acreditava que o estudo da paisagem resolveria a oposição entre a Geografia Físico/Humana, Geral/Regional, Idiográfica/Nomotética e, além disso, resolveria a inexistência de um método próprio. Suas principais obras – *Morfologia da Paisagem* (1925), *Recent Developments in Cultural Geography* (1927), *Foreword to Historical Geography* (1941) – deixam claro sua tentativa de associar a paisagem a um *constructo* histórico que seria, simultaneamente, natural e cultural. Segundo ele:

Não podemos formar uma ideia de paisagem a não ser em termos de suas relações associadas ao tempo, bem como suas relações vinculadas com o espaço. Ela está em um processo constante de desenvolvimento ou dissolução e substituição. Assim no sentido corológico, a alteração da área modificada pelo homem e sua apropriação para o uso são de importância fundamental. A área anterior à atividade humana é representada por um conjunto de fatos morfológicos. As formas que o homem introduziu são um outro conjunto. (SAUER, 1998, p.42).³

A Geografia Cultural clássica passa a elucidar melhor o complexo campo da cultura e a responder com maior competência aos quesitos que dizem respeito às transformações ocorridas na paisagem, embora tenha sofrido muitas críticas por parte de outras escolas, a ela posteriores. Mesmo assim, o conceito de paisagem adquire, à luz da Geografia Cultural, uma conotação diferenciada daquela que possuía dentro da Geografia tradicional e positivista, embora dela se aproxime. Nela, a paisagem dividia-se em paisagem cultural e paisagem natural. Nas palavras do próprio Sauer:

A paisagem geográfica vista como um conjunto de formas naturais e culturais associadas em uma dada área é analisada morfolologicamente, vendo-se a integração das formas entre si e o caráter orgânico ou quase orgânico delas. O tempo é uma variável fundamental. A paisagem cultural

3 SAUER, O. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA; ROZENDAHL (Orgs.). **Paisagem tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

ou geográfica resulta da ação, ao longo do tempo, da cultura sobre a paisagem natural. (SAUER, *Apud*: CORRÊA & ZENY, 1998, p. 09).

O geógrafo David Lowenthal, um discípulo de Sauer, também em muito contribuiu para a análise e estudo da paisagem. Por meio de seus escritos e reflexões começa a ganhar forma o conceito de “espaço vivido”, que outros geógrafos advindos inclusive da escola de Chicago vão desenvolver, com notável destaque para Buttimer e Tuan. Agora, o imaterial toma conta das conceituações da paisagem e do próprio espaço geográfico. Novas expressões e conceitos são utilizados: percepção do ambiente, espaço experiencial, cognição espacial, etc.

Nessa Escola da Percepção Ambiental, como ficou conhecida, se destaca também Edward Relph, que faz interessantes associações entre os conceitos de paisagem, espaço e lugar:

Na experiência, o significado de espaço frequentemente se funde com o de lugar. O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida em que o conhecemos melhor e o dotamos de valor. As ideias de espaço e lugar não podem ser definidas uma sem a outra, embora não haja limites precisos entre espaço, paisagem e lugar como fenômenos experienciados: lugares contêm paisagens, paisagens e espaço contêm lugares (RELPH *apud* MACHADO, 1996, p. 98) .

O surgimento da Ecologia da Paisagem, fundamentada um pouco mais tarde por Carl Troll, traz novamente novas perspectivas sobre a paisagem, reagrupando seus elementos do ponto de vista da ecologia e da biologia. A paisagem adquire uma interface entre o cultural e o biológico, assumindo, assim, um caráter mais abrangente.

O período entre-guerras, a divisão política do mundo entre dois diferentes sistemas políticos, tensões sociais de toda ordem – trabalhistas, militares, raciais... –, o avanço da técnica em diferentes campos – transporte, comunicação, comercialização... – configuram um novo mundo, e com ele novas paisagens, pois: "as modificações na estrutura social criam sempre novas necessidades, sugerem novas formas e redefinem os valores da paisagem visível." (LEITE, 1994, p. 51).

O mundo mudara, o *breve século XX* trazia consigo a urgência de se pensar o saber geográfico, uma nova Geografia passar a existir: a Geografia Crítica. Esta nasce em contraposição às bases teóricas da Geografia Tradicional e da Geografia Cultural Clássica, trazendo especialmente, uma leitura marxista da realidade. Esta, talvez, tenha

sido a primeira escola que se tenha proposto e alcançado modificar o saber geográfico escolar e, com ele, a noção de paisagem.

Milton Santos e Yves Lacoste são seus maiores expoentes. Neles, o conceito de paisagem adquire uma significância maior do que até então se defendia. Para Santos, a paisagem é "tudo aquilo que nós vemos, o que a nossa visão alcança." (SANTOS 1991, p. 61), ao mesmo tempo em que ela figura na "dimensão da percepção" (Ibidem, p. 62). Nesse ponto a paisagem se constitui uma convenção humana, como o homem percebe e concebe os elementos que o envolve.

A Geografia Crítica imprimiu intensas marcas no processo de ensino da paisagem, um forte movimento de renovação da escola e, conseqüentemente, de seu conteúdo sobre o território nacional ocorreu a partir de suas reinterpretações acerca da realidade social analisada. Para Moraes, os autores da Geografia Crítica:

São os que se posicionam por uma transformação da realidade social, pensando seu saber como arma desse processo. São assim, os que assumem o conteúdo político de conhecimento científico, propondo uma Geografia militante, que lute por uma sociedade mais justa. São os que pensam a análise geográfica como um instrumento de libertação do homem. (MORAES, 1987, p. 112).

A ideia acerca da paisagem, o que ela representava e como era elaborada modifica-se substancialmente a partir da Geografia Crítica. Uma renovação no modo como a Geografia deveria ser ensinada, quais os conteúdos que deveriam ser abordados em sala de aula e, mesmo, o viés analítico que deveria embasar e nortear esse ensino elementos esses que formam uma Geografia renovada que alcança na década de 1970 seu auge:

[...] a geografia crítica no Brasil (e também na França, segundo Yves Lacoste) não se iniciou nem se desenvolveu inicialmente nos estudos ou teses universitários. Tampouco no IBGE e muito menos nas análises ambientais ou nas de planejamento. Ela se desenvolveu, a partir em especial dos anos 1970, nas escolas de nível fundamental (5ª a 8ª séries) e principalmente no ensino médio, o antigo colegial ou 2º grau. (VESENTINI, 2004, p. 229).

A partir daí, políticas públicas, livros didáticos e metodologias didáticas diferenciadas são gestadas. Obviamente, como todo movimento de mudança, a Geografia Crítica não se impôs como totalidade e a mudança paradigmática por ela proposta alcançou diferentemente setores da academia e da educação. Sobre isso Macário coloca:

Mesmo após o Movimento de Renovação denominado “Geografia Crítica”, na década de 70-80, nota-se que pouco foi modificado no tratamento didático-pedagógico da Geografia na sala de aula o qual poderia contribuir para que os sujeitos envolvidos se reconhecessem como sujeitos do mundo em que vivem, indivíduos sociais, capazes de construir a sua história, a sua sociedade, o seu espaço e que conseguissem ter os mecanismos para tanto. (OLIVEIRA, 2006, p. 12).

Mesmo assim, a Importância dos ventos da Geografia Crítica, relativos ao seu ensino não podem ser ignorados e, embora sua intensidade tenha se dado diferentemente em um território tão extenso como o brasileiro, isso não a minimiza e constitui-se em um marco de mudança. Ainda, como salientado por Antunes:

Essa renovação é, ao mesmo tempo, epistemológica e política. Diferentemente de outras ciências no Brasil, a Geografia teve não nos acadêmicos os principais atores da transformação científica. A Geografia é talvez a única ciência que, no Brasil, em sua história recente, passou por um processo tão radical de transformação do pensar/produzir sem a direção exclusiva, ou mesmo principal, da Academia. Para a Geografia, o processo de renovação teve início e meio na intervenção daqueles que estavam fora da Academia – os professores de 1.º e 2.º graus –, e naqueles que estavam nas Universidades e que eram tratados como espectadores – os estudantes. Foi a união desses dois segmentos que garantiu o processo de renovação. (ANTUNES, 2001, p. 42-43).

O que aqui nos interessa, com toda essa retrospectiva a respeito do conceito de paisagem na historiografia da Geografia, é tentar fazer uma ponte entre seu sentido e a percepção do ambiente que nos cerca, compreendê-lo em sua evolução histórica.

O modo com a paisagem foi apreendida e ensinada dentro da Geografia principalmente no cenário nacional exerce uma forte influência no modo como lidamos com nosso meio ambiente e como enfrentamos nossos desafios ambientais. A construção de uma consciência ecológica está diretamente ligada a maneira como a paisagem foi e é ensinada.

A ação humana na transformação da paisagem e ambiente no meio rural e urbano

A Revolução Industrial iniciada em meados do século XVIII na Inglaterra trouxe em seu bojo não apenas o progresso material e tecnológico proporcionado pelo processo de acumulação capitalista, mas, também, a enorme agressão ao ambiente natural, em sua inesgotável demanda por recursos naturais para serem transformados em mercadorias. Nesse processo, também se observa o fenômeno da urbanização acelerada com as cidades se transformando numa grande intervenção humana na paisagem e no meio ambiente. Também no campo, as transformações foram grandes, a medida em que o modo de vida tradicional de uma agricultura familiar e de subsistência foi substituído por uma cultura intensiva que atendesse as necessidades da produção industrial.

Porém, desde a Antiguidade, o impacto da civilização já se fazia sentir sobre as paisagens e ecossistemas do globo. Muitas espécies animais e vegetais foram extintas pela ação predatória do homem que, segundo algumas teorias, revelam que o impacto da presença de comunidades humanas no meio, mesmo na pré-história, era muito mais forte e efetiva do que a de qualquer outra espécie, causando fortes danos ambientais. O desaparecimento repentino de alguns predadores do topo da cadeia alimentar é um indicador de desequilíbrio ecológico, e foi em grande parte causado pela presença humana. O último leão europeu em seu ambiente natural foi abatido ainda no Império Romano; e muitas espécies endêmicas das Américas e da Oceania não resistiram à chegada do colono europeu.

A expansão colonial a partir do século XVI representou uma ruptura no *modus vivendi* dos ameríndios, que durante mais de 10 mil anos conviveram com seu meio causando poucos impactos, apesar de apresentarem uma considerável população, estimada entre 15 a 20 milhões de habitantes. Com a chegada dos europeus, esse continente quase intacto foi incorporado ao mercantilismo e, bastaram algumas décadas, para seus ecossistemas sofrerem degradações não alcançadas por milênios de ocupação pelos povos nativos. Nas áreas de *plantation* como no Brasil, formações vegetais inteiras foram extintas para darem lugar à cana-de-açúcar. Isso para não citar a dizimação mais grave e dramática causada pelo europeu às populações indígenas que foram reduzidas a um percentual ínfimo do original, sujeitas à “guerra bacteriológica”, escravização e desterro de seu território.

Em um capítulo intitulado “A sociedade industrial e o Ambiente” Jurandir Ross sintetiza bem o ocorrido nos últimos três séculos de apropriação da natureza sob a égide do capitalismo:

O acréscimo do conhecimento técnico-científico dos séculos XVIII, XIX e XX possibilitado pelo capitalismo colocou definitivamente os interesses das sociedades humanas de um lado e a preservação da natureza de outro. Até praticamente a década de 70 deste século, não havia no mundo a menor preocupação com as questões ambientais ou ecológicas, a não ser nas universidades, onde o assunto era tratado cientificamente. (ROSS, 2001, p. 213).

A complexidade da relação homem-natureza modifica-se continuamente. A relação dialética - entendida aqui enquanto uma correspondência mútua e permanente entre a sociedade e seu meio ambiente – nem sempre é percebida em sua totalidade. O homem é moldado por seu espaço, por sua sociedade, por sua época histórica, pelos meios materiais e imateriais de que dispõe para viver, ao mesmo tempo em que molda, cria e modifica tudo o que interage com ele. Enquanto indivíduo, o homem guia-se nessa relação partindo de uma premissa própria, enquanto parte da coletividade é forçado a guiar-se pela vontade comum ou pelo contrato social em questão.

As questões ambientais colocam-se de modo mais contundente hoje, em uma sociedade técnico-científica, do que na sociedade pré-industrial do século XVII. Na sociedade capitalista moderna, a crise civilizacional traveste-se, na maioria das vezes, de crise ambiental, como que para confundir os humanos destes novos tempos de globalização econômica e cultural que se assumem - grande parte das vezes - apenas como indivíduos, principalmente quando a temática que os desafia ou, a necessária tomada de decisões, envolve questões ambientais. Assim, as atitudes pessoais tornam-se respostas únicas e, muita das vezes, ineficientes, pois não abarcam a complexidade dos desafios com os quais o sujeito lida diariamente na construção contínua de suas relações sociais. Daí a importância de se pensar o ser humano enquanto um ser relacional que precisa tornar-se ecologicamente consciente.

O meio ambiente é tudo que envolve o homem e sua interação com os elementos naturais ou mesmo o ambiente construído pelo próprio homem. Segundo Magnoli:

Daí poderá sintetizar-se a concepção de ambiente como a interação da sociedade com o suporte físico, quer tenha aparência comumente denominada “natural” quer construída. A interação se dá no espaço geográfico pelas adaptações, transformações, readaptações e novas transformações das sucessivas formas

encontradas, elaboradas e reelaboradas. A essas conformações, configurações, carregadas da interação social como suporte temos denominado PAISAGENS. (MAGNOLI, 2006, p.241) .

O Brasil, em especial, é um país que ilustra bem o processo de destruição ou transformação do ambiente natural ao longo dos últimos séculos. Os ciclos econômicos da cana-de-açúcar e do café reduziram a Mata Atlântica a apenas 7% de sua área original. O ecossistema do cerrado vem enfrentando o mesmo destino com o avanço da fronteira agrícola e do agronegócio. O último grande ecossistema, o amazônico, vem reduzindo ano a ano sua área em razão dos imperativos econômicos que movem o capitalismo brasileiro há cinco séculos. Aqui, como no restante do globo, as cidades emergem como um fenômeno intrinsecamente ligado a temática ambiental, fazendo com que os problemas ambientais tornem-se problemas sócio-ambientais de difícil resolução. O anormal crescimento urbano vivenciado nas últimas décadas do século XX inchou os centros urbanos, acarretando problemas sócio-ambientais de diversas ordens – falta de infraestrutura, saneamento básico, moradia, excesso de resíduos, precarização da saúde, dentre muitos outros – e levando o país a uma crise socioeconômica, política e cultural de grandes proporções que pedem soluções urgentes de difíceis encaminhamentos.

O neo-ruralismo no Brasil: à procura da paisagem rural

Muitos autores, principalmente aqueles com tendência marxista, analisam o fenômeno rural-urbano através, principalmente, quando não exclusivamente, pelo prisma do modo de produção capitalista, desprezando os fatores sociológicos e culturais envolvidos nesse processo. Não duvidamos que o fator econômico tivesse sido o principal motor das intensas mudanças ocorridas no campo e na cidade, principalmente após a Revolução Industrial. Entretanto, existe na modernidade outro movimento, cujo imperativo não é essencialmente econômico, mas sim impulsionado também por outras causas de ordem social e cultural.

Esse fenômeno não pode ser confundido com o Novo Rural, aquele originário das próprias transformações endógenas do campo como foi o da modernização das atividades agrícolas e pastoris que ocasionaram um forte êxodo rural. Também não se traduz como “urbanização do campo”, este um fator característico também do novo rural.

Na verdade, esse fenômeno de busca do ambiente campestre, de um maior contato com a natureza pelos citadinos, é relativamente antigo, pois a pressão e o estresse que a vida urbana causa em seus habitantes são comuns desde o surgimento da civilização. Evidente que isso tem se agravado ao longo do tempo e, no transcorrer dos últimos 100 anos as cidades, principalmente as grandes cidades, tem se tornado um ambiente extremamente insalubre aos seus habitantes. Então se procura um refúgio no campo, primeiro com visitas ocasionais, depois mais regulares, até que famílias decidem ter uma residência no campo para passar o final de semana.

Um movimento populacional próximo ao neo-ruralismo foi aquele intensificado nos séculos XVIII e XIX na Europa, quando muitos citadinos procuravam as Estâncias Hidrominerais para utilizar as propriedades terapêuticas das águas para curar suas doenças ou mesmo pra recreação. Geralmente, essas eram localizadas em pequenas cidades do interior, e esse fluxo de pessoas para cidades que ficaram famosas como Vichy na França e Bath na Inglaterra, deram também início ao turismo moderno. No Brasil, um país rico em águas subterrâneas, esse movimento começa no século XIX, quando o próprio imperador D. Pedro II e a imperatriz Thereza Cristina, eram assíduos frequentadores das fontes termais, como a de Caxambu.

Já no início do século XX, essas cidades das águas atraíam visitantes no Brasil, muito antes dos banhos de mar ficaram populares no país tropical. O circuito das águas se estabeleceu na Serra da Mantiqueira, entre os estados de São Paulo e Minas Gerais e na Serra dos Órgãos no Rio de Janeiro. Cidades ficaram famosas por suas águas com propriedades terapêuticas como Serra Negra e Águas de Lindóia, em São Paulo, e Caxambu e São Lourenço, em Minas Gerais, além de Petrópolis e Teresópolis, no Rio de Janeiro. Outras localidades aparecem como estâncias das águas no interior do Brasil, como Araxá, no oeste de Minas, e Caldas Novas, no sul de Goiás.

O geógrafo Pierre Deffontaines, em artigo na Revista Brasileira de Geografia, em 1939, chamava a atenção para esses veranistas que se dirigiam às montanhas a procura de ar puro e águas medicinais. Destacando que as montanhas de Minas são apropriadas ao cultivo de frutas e hortaliças de clima temperado, o autor também salienta a atração que essas áreas exerciam sobre os homens da planície, que lá estabeleciam sua residência de verão na montanha:

Esta curiosa especialização da montanha na produção de frutas e legumes é estimulada por uma nova população, que invade de pouco tempo para cá as regiões altas, os veranistas, que vêm se abrigar do calor das planícies. As primeiras cidades de veraneio foram Petrópolis e Teresópolis, na Serra dos Órgãos, sobre a baía do Rio de Janeiro. Mas hoje as estações de veraneio se multiplicam associadas muitas vezes a fontes minerais. Graças a seu clima constantemente primaveril, elas atraem não só brasileiros, com também cada vez mais, estrangeiros: Poços de Caldas, Caxambu, Lambari, São Lourenço, Cambuquira... Fora das cidades, certos recantos de montanhas começam a ser invadidos por belíssimas vivendas: Itaipava, Campos do Jordão, Miguel Pereira... (DEFFONTAINES, 1939, p. 286).

O chamado neo-ruralismo ou novo ruralismo constitui um fenômeno que procura resgatar os valores quase perdidos da vida no campo, mas não necessariamente ligados ao trabalho com atividades rurais. Um deles seria o maior contato com a natureza, já que a vida nas cidades cercou o ser humano de um mundo artificial, desprovido de vegetação e da sujeição aos fatores climáticos. Nesse bojo também se encontram, por vezes, mas nem sempre, as preocupações com as questões ecológicas. Outro valor procurado é a simplicidade material, de diminuir da dependência das comodidades da vida moderna, de uma série interminável de mercadorias que se impõem como padrão do conforto urbano. Recuperar o ritmo do campo, onde a vida é menos agitada, onde há espaço para diálogo entre as pessoas, onde os moradores se apoderam novamente de seu tempo.

Para Giuliani (1990), o fenômeno do novo ruralismo começou a se desenvolver na segunda metade do século XX, quando a opressão da vida nas cidades aumentou consideravelmente depois de dois séculos de vertiginoso crescimento urbano nos países que se industrializaram:

O que até o final da década de 60 parecia uma tendência inelutável, já na década seguinte revelou possibilidades de arrevés, produzindo o movimento em sentido contrário, o que os franceses passaram a chamar de "neo-ruralismo". É um conceito genérico para uma realidade não muito precisa, carregado de símbolos contraditórios e indicando fenômenos que permanecem à margem das dinâmicas predominantes da agricultura atual. Na prática, o neo-ruralismo expressa a idéia de que uma série de valores típicos do velho mundo rural, e que se pensava estarem em vias de extinção, passam por um certo revigoração e começam a ganhar para si a adesão de pessoas da cidade. A volta às relações diretas com a natureza, a ciclos produtivos e tempo de trabalho mais longos e menos rígidos, ao ar puro e à tranqüilidade, assim como o desejo de relações sociais mais profundas e, sobretudo, da auto-determinação, são as dimensões que atraem pessoas da cidade ao campo; assim como outrora as luzes da cidade atraíram a população do campo. (GIULIANI, 1990, p. 60).

Os "neo-rurais" procuram o campo não por uma necessidade econômica, de sobrevivência, mas por uma opção de vida. Nem sempre passam a morar no campo em tempo integral. No início, adquirem uma propriedade na zona rural para passar o final de

semana, nas proximidades da cidade onde moram. Mais tarde, quando as obrigações trabalhistas que os prendem à cidade cessam, com a aposentadoria, podem fixar residência em definitivo nas áreas rurais. Outro diferencial do neo-rural com o camponês ou sitiante tradicional é que nem sempre eles estão interessados em desenvolver uma atividade rural, seja ela na agricultura ou na pecuária e, por vezes, sua propriedade é de tal modo reduzida, uma pequena chácara de menos de 1 ha, que essas atividades ficam inviabilizadas.

Portanto, os movimentos históricos que povoaram o campo brasileiro, como as migrações forçadas pelos ciclos econômicos ao longo de cinco séculos, pelos grandes projetos de desenvolvimento econômico e o movimento de ocupação das fronteiras agrícolas ou até mesmo as migrações de retorno devido ao desemprego nas cidades, nada disso, ressalta Giuliani (1990), tem haver com a procura do campo pelos neo-rurais.

De certa forma, a ideia de *continuum* cidade-campo é contestada nessa leitura do novo ruralismo, pois a visão dicotômica é aquela que corresponde mais aos anseios daqueles que procuram o campo como um novo ideal de vida. São as diferenças entre cidade e campo e não sua integração que atraem os neo-rurais. Então esse movimento é inovador em seu direcionamento e motivações, mas também tradicional por que tem por objetivo o resgate de valores antigos da sociedade rural, de atributos que só a vida no campo pode oferecer.

A paisagem rural tem atributos que exercem atração a um número crescente de habitantes do meio urbano. No Brasil a urbanização é um fenômeno relativamente recente em termos históricos. Há apenas três gerações o país tinha maioria de população vivendo no campo. Isso quer dizer que a maior parcela dos adultos hoje na faixa etária dos 30 a 50 anos tinha seus pais e avós com raízes profundas na ruralidade. Os valores dessas duas gerações anteriores eram eminentemente rurais, de uma sociedade quase pré-capitalista, onde o consumo era diminuto se comparado com o padrão atual. Em nossa sociedade, do capitalismo do “hiper-consumo”, como preconiza Gilles Lipovetsky, não deixa de ser paradoxal um cidadão que alcançou um status econômico e social, capaz de ter acesso a todos os bens e serviços que as cidades oferecem, preferir comprar uma

pequena propriedade rural e almejar os valores que foram abandonados por seus antepassados.⁴

Para Lefebvre, a sociedade humana apresenta três etapas fundamentais em seu desenvolvimento histórico: a era agrária, a era industrial e a era urbana. Seria inexorável uma urbanização em escala planetária. As projeções apresentadas pela Figura 3 vêm comprovar a tese do filósofo, com o agravante de que não apenas as sociedades industrializadas se urbanizam, mas também vastas áreas do chamado mundo subdesenvolvido, que mal conheceram o processo industrializante. Então, cabe destacar, que o fenômeno do neo-ruralismo é mais comum nas sociedades mais maduras, que já alcançaram o status citadino de consumo e posição social há algum tempo.

Depois de passado o primeiro encantamento com a posição social conquistada, alguns anseios e apreensões começam a surgir devido à própria ampliação intelectual dessas classes sociais. E os valores urbanos começam a ser questionados, a memória coletiva dos antigos princípios e modo de vida do campo começam a ser valorizados novamente.

O rural é o espaço de produção e acumulação de excedentes, atividade que viabilizou a civilização. Os valores morais foram forjados ao longo dos seis mil anos de sua existência. Portanto, a vida no campo e seus valores ainda alimentam o imaginário do homem urbano moderno.

A vida rural é associada, geralmente, com uma expressiva valorização da comunidade, valores de vida da família e também ao papel importante da religião. A vida urbana tem como característica agrupar mais as pessoas a partir de sua profissão, muito mais do que somente a partir da família ou da orientação religiosa. Obviamente, essa é uma consideração geral. Outra consideração a ser lembrada é a de que, quando pensamos em “modo de vida rural”, pensamos haver maior articulação entre o espaço do trabalho e o espaço de vida como, por exemplo, no caso de uma pequena propriedade. (BERNARDELLI, 2006, n.d.).

Além do valor representado pela família e pela religião, Bernardelli (2006) destaca que o uso do tempo que, no campo, está atrelado ao ritmo da natureza. No modo de vida urbano o tempo é regido pelo trabalho, existe uma maior separação entre espaço de vida privada e trabalho, onde a maior parte das relações sociais acontece.

4 Gilles Lipovetsky é um filósofo francês e teórico da Hipermodernidade, autor de obras como “Felicidade Paradoxal: Ensaio sobre a Sociedade do Hiperconsumo”.

A paisagem rural, com todos os seus elementos bucólicos que remete o cidadão a origem de seus antepassados, agora se apresenta como um objetivo de vida. O modo de vida campestre, mesmo que um fetiche nos tempos modernos satisfaz uma demanda de cidadãos oprimidos pela indiferença da paisagem urbana, pelo caos no qual estão mergulhadas as grandes metrópoles do mundo. Por ironia da história, o campo que sempre foi sinônimo de atraso e más condições de vida, agora se mostra atrativo para uma classe média que almeja uma vida menos estressante do que aquela que levam na cidade.

A paisagem rural, no mundo contemporâneo, está também ligada ao bem-estar, agora não somente pela provisão de alimentos para os cidadãos, mas principalmente como forma de vivenciar situações de lazer, ocupando o tempo livre com recreação. A paisagem rural, bucólica, com seus encantos, despida das maldades das cidades, da violência, do apinhamento, aponta para uma vida saudável, mais próxima da natureza, enfim, propicia ao contato com o paraíso perdido. (VIEIRA, 1998, p. 88).

A visão da paisagem rural como a busca do paraíso perdido parece mais um mito do que realidade, principalmente quando se procura um maior contato com a natureza. As áreas rurais do Brasil, por exemplo, apresentam muito pouco de natural, tanto naquela onde predomina agricultura intensiva ou mesmo no campo dominado pela pecuária. Ambos têm um grau elevado de devastação dos ecossistemas naturais originais da região. O campo cultivado só não é mais artificial do que a cidade, nele também há pouco espaço para a vegetação natural florescer e sustentar uma fauna há muito tempo já foi extinta.

Enfim, o movimento neo-ruralista tem sido muito pouco estudado no Brasil, talvez porque o avassalador processo de urbanização e “desruralização” de nossas paisagens terem sido tão intensos e violentos que constituem o foco principal de atração para os trabalhos acadêmicos. Mas agora, muitas regiões urbanas passam por um processo de amadurecimento, como ocorreu na Europa e Estados Unidos, e é quando surge a necessidade da procura do elo perdido, das raízes de nossa formação social.

O neo-ruralismo não pode ser considerado um movimento antagônico às cidades ou por “topofobia” ao meio urbano. Antes de tudo, ele rejeita a cidade massificada da

modernidade, o *placelessness* de Edward Relph⁵. Quando a cidade perde sua identidade e sua história com a adoção dos lugares comuns, ou dos não lugares, uniformizados pelos interesses capitalistas monopólicos, o cidadão afrouxa os laços que o ligava a ela. Antigamente, as cidades exerciam grande fascínio sobre seus habitantes e os habitantes do meio rural. Ela representava oportunidades de vida, de emprego, de acesso aos bens e serviços que só a cidade podia oferecer. O campo, paisagem distante e abandonada, era sinônimo de atraso, de isolamento, de carência de todos os gêneros que tornam a vida melhor. Com a modernidade, essa realidade e concepção antiga da cidade e do campo vão se modificando, e o cidadão que não está mais satisfeito com o ambiente urbano procura no campo a paisagem pretérita, ancestral que, por vezes não está mais lá, mas esta procura preenche suas aspirações fazer parte de um lugar.

Referências

- ANTUNES, Charles da F. Os estudantes e a transformação da Geografia Brasileira. **Geografares**. Vitória, n. 2, p.35-50, jun/2001.
- BERNARDELLI, Maria Lúcia F. da H. “Contribuição ao debate sobre o urbano e o rural” IN: SPOSITO, Maria E B. **Cidade e Campo, relações e contradições entre o urbano e o rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- DEFFONTAINES, Pierre. “Geografia Humana do Brasil”, **Revista Brasileira de Geografia**, n.1, ano I, janeiro/março de 1939, republicado no Número Especial, ano 50, tomo I, 1988.
- GIULIANI, Gian Mário. “Neo-ruralismo: o novo estilo dos velhos modelos”, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.5, n.14, p. 59-67, 1990.
- MACHADO, Lucy M. C. P. “Paisagem Valorizada: A Serra do Mar como Espaço e como Lugar” In: DEL RIO, Vicente e OLIVEIRA, Livia. **Percepção Ambiental: A Experiência Brasileira**. São Paulo: Studio Nobel, 1996.
- MAGNOLI, Miranda M. “Ambiente, Espaço, Paisagem”, **Paisagem e Ambiente**, Ensaios, n.21, São Paulo FAU-USP, p. 237 – 244, 2006.
- OLIVEIRA, Marlene Macário. A Geografia Escolar: reflexões sobre o processo didático-pedagógico do ensino. Revista discente **Expressões Geográficas**. Florianópolis, SC, nº02 p 10-14, jun/2006

5 Edward Relph é um geógrafo canadense, autor de “Place and Placelessness” e de “A paisagem urbana moderna”.

RELPH, Edward. **A Paisagem Urbana Moderna** (trad.). Coimbra: Edições 70, 2002.

ROSS, Jurandyr L .S. Geografia do Brasil.(4ª Ed.) São Paulo: EDUSP, 2011.

SAUER, O. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA; ROZENDAHL (Orgs.). **Paisagem tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

VESENTINI, José William (Org.) **O ensino da Geografia no século XXI**. Campinas: Papirus, 2004.

VIEIRA, Mirna. L. "Paisagem Urbana e Rural", 3º Encontro Interdisciplinar sobre o Estudo da Paisagem, Rio Claro: UNESP, 1998, **Cadernos Paisagem Paisagens 1**.

Recebido em Novembro de 2013.

Publicado em Janeiro de 2014.